

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIII/ 2.ª SL**

Aos 26 dias do mês de outubro de 2016, pelas 10 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas:**
  - **Proposta de Lei n.º 36/XIII/2.ª (GOV) - Grandes Opções do Plano para 2017;**
    - **Parecer Setorial Justiça**  
Relatora: Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)
    - **Parecer Setorial Administração Interna**  
Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD)
    - **Parecer Setorial Igualdade**  
Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
  - **Projeto de Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª (GOV) - Orçamento do Estado para 2017;**
    - **Parecer Setorial Justiça**  
Relatora: Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)
    - **Parecer Setorial Administração Interna**  
Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD)
    - **Parecer Setorial Igualdade**  
Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD);
  - **Projeto de Lei n.º 304/XIII/2.ª (CDS-PP) - "Altera a Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais), eliminando o benefício de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os partidos políticos";**  
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
  - **Projeto de Lei n.º 314/XIII/2.ª (BE) - "Procede à sexta alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, introduzindo medidas de justiça fiscal, igualdade de tratamento e de transparência no financiamento dos partidos políticos e campanhas eleitorais";**  
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
  - **Projeto de Lei n.º 315/XIII/2.ª (PSD) - "Converte em definitivas e permanentes as reduções nas subvenções públicas para o Financiamento dos Partidos Políticos e para as campanhas eleitorais, e nos limites máximos das despesas de campanha eleitoral";**  
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
3. **Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 149/XIII/1.ª (PS) - "Regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das conservatórias do registo civil em caso de dissolução de uniões de facto e casos similares";**
4. **Fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do RAR, do texto que procede à "Quadragesima primeira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo a Diretiva 2014/62/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa à proteção penal do euro e de outras moedas contra a contrafação e que substitui a Decisão-Quadro 2000/383/JAI do Conselho" - [Proposta de Lei n.º 15/XIII/1.ª (GOV)];**
5. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Ministra da Justiça e do Diretor Geral de Reinserção e**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL**

Serviços Prisionais, acerca das declarações sobre a situação financeira dessa Direção Geral;

6. Admissão e distribuição de petições, designadamente:
  - Petição n.º 142/XIII/1.<sup>a</sup> - Pretende que seja feita uma auditoria especial à forma como são atribuídos os subsídios de alojamento, ajudas de custo e outros abonos atribuídos aos membros do Governo e Deputados;
  - Petição n.º 145/XIII/1.<sup>a</sup> - Pretende que o Regimento da Assembleia da República seja alterado e criada legislação que responsabilize políticos e administração pública direta e indireta na tomada de posse ou assinatura de contrato público para evitar casos de corrupção, tornando obrigatória a assinatura de uma declaração oficial de compromisso de honra para zelar, em primeiro lugar, pelo Estado e pela Pátria;
  - Petição n.º 184/XIII/1.<sup>a</sup> - Pretende que seja criada uma Comissão de inquérito parlamentar à contratação do antigo Deputado Paulo Portas;
7. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
8. Apreciação do projeto de resposta ao questionário sobre escrutínio parlamentar conjunto da Europol por parte dos Paramentos Nacionais e do Parlamento Europeu;
9. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, e não havendo iniciativas legislativas a distribuir, passou-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos, com a apreciação dos pareceres setoriais conjuntos sobre as Propostas de Lei n.ºs [36/XIII/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Grandes Opções do Plano para 2017 - e [37/XIII/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Orçamento do Estado para 2017.

Em primeiro lugar, foi apreciado o parecer sobre a área da justiça, apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP). No debate que se seguiu, usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD) e Fernando Anastácio (PS), tendo este sugerido à Senhora Deputada relatora que retirasse a parte final da menção que fez ao facto de a UTAO, no seu relatório sobre a Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.<sup>a</sup>, a propósito de esta ter sido apresentada à Assembleia da República sem a estimativa de execução para as receitas e despesas de 2016 em contabilidade pública, ter realçado que a opção seguida na elaboração do OE para 2017 «é contrária à lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (Lei de Enquadramento Orçamental)», o que dificultaria o exercício de comparação orçamental que se impunha, sugestão que foi aceite pela Relatora. No final, o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

O parecer sobre a área da administração interna, apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), foi aprovado, nas suas partes I e III, por



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 7/XIII/ 2.ª SL

unanimidade, na ausência do PEV, tendo o Senhor Deputado Relator aceiteado incluir no parecer, por sugestão da Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), a menção, feita no relatório da UTAO, ao facto de a proposta de lei do Orçamento do Estado ter sido apresentada à Assembleia da República sem a estimativa de execução para as receitas e despesas de 2016 em contabilidade pública.

No debate do parecer sobre a área da igualdade, apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), usaram da palavra as Senhoras Deputadas Vânia Dias da Silva (CDS-PP), que propôs a inclusão da referência feita pela UTAO, tal como nos anteriores pareceres setoriais, e Elza Pais (PS), que apresentou algumas sugestões para alteração do relatório, tendo duas delas sido aceites pela Deputada relatora. Intervieram, ainda, os Senhores Deputados Fernando Anastácio (PS) e Carlos Abreu Amorim (PSD) e a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), tendo o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) requerido a votação em separado do parecer: em primeiro lugar, a parte relativa à Grandes Opções do Plano e, em segundo lugar, a parte relativa ao Orçamento do Estado.

Submetido a votação o parecer, na parte sobre a Proposta de Lei n.º 36/XIII/2.ª – Grandes Opções do Plano para 2017, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, e, na parte relativa à Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª – Orçamento do Estado para 2017, foi aprovado com votos a favor do PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PS. No final, o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) anunciou que o Grupo Parlamentar do PS iria apresentar uma declaração de voto sobre a votação que acabara de ter lugar.

Em seguida, procedeu-se à apreciação do parecer conjunto sobre os Projetos de lei n.ºs [304/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Altera a Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais), eliminando o benefício de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os partidos políticos; [314/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Proceda à sexta alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, introduzindo medidas de justiça fiscal, igualdade de tratamento e de transparência no financiamento dos partidos políticos e campanhas eleitorais; e [315/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Converte em definitivas e permanentes as reduções nas subvenções públicas para o Financiamento dos Partidos Políticos e para as campanhas eleitorais, e nos limites máximos das despesas de

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIII/ 2.ª SL**

campanha eleitoral, que, na ausência do relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), foi apresentado pelo Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS). Após a intervenção do Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), que sugeriu a supressão de um parágrafo do parecer em que o relator emite a sua opinião – sugestão que foi aceite -, o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi adiada a discussão e votação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 149/XIII/1.ª \(PS\)](#) - Regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das conservatórias do registo civil em caso de dissolução de uniões de facto e casos similares, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, e com o concordância dos presentes, por se encontrar em preparação um texto único em substituição das propostas de alteração entretanto apresentadas pelos diferentes grupos parlamentares.

No ponto seguinte, procedeu-se à fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, do texto que procede à "Quadragésima primeira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo a Diretiva 2014/62/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa à proteção penal do euro e de outras moedas contra a contrafação e que substitui a Decisão-Quadro 2000/383/JAI do Conselho" - [Proposta de Lei n.º 15/XIII/1.ª \(GOV\)](#)], tendo sido aceites, por unanimidade, na ausência do PEV, as sugestões de redação constantes da Informação n.º 142/DAPLEN/2016, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

No quinto ponto da ordem de trabalhos, o Grupo Parlamentar do PS, através do Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS), solicitou o adiamento da votação para a reunião seguinte do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Ministra da Justiça e do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, acerca das declarações sobre a situação financeira dessa Direção-Geral, nos termos do artigo 19.º do Regulamento. Em seguida, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) sublinhou que havia uma leitura política a fazer do pedido de adiamento por parte do Grupo Parlamentar do PS e declarou que o Grupo Parlamentar do PSD pretendia ver esclarecidas as declarações contraditórias que foram proferidas, tendo a Senhora



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 7/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) saudado o PSD pela iniciativa e solicitado que fossem feitas todas as diligências para assegurar a vinda da Senhora Ministra e o Senhor Diretor-Geral no mesmo dia da apreciação do requerimento. O Senhor Presidente disse não ver viabilidade na proposta apresentada, mas assegurou que seriam desencadeadas as diligências necessárias caso o requerimento viesse a ser aprovado, e não por antecipação.

No sexto ponto, foram admitidas e distribuídas as seguintes petições:

[Petição n.º 142/XIII/1.<sup>a</sup>](#) - Pretende que seja feita uma auditoria especial à forma como são atribuídos os subsídios de alojamento, ajudas de custo e outros abonos atribuídos aos membros do Governo e Deputados – Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS);

[Petição n.º 145/XIII/1.<sup>a</sup>](#) - Pretende que o Regimento da Assembleia da República seja alterado e criada legislação que responsabilize políticos e administração pública direta e indireta na tomada de posse ou assinatura de contrato público para evitar casos de corrupção, tornando obrigatória a assinatura de uma declaração oficial de compromisso de honra para zelar, em primeiro lugar, pelo Estado e pela Pátria – Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD);

[Petição n.º 184/XIII/1.<sup>a</sup>](#) - Pretende que seja criada uma Comissão de inquérito parlamentar à contratação do antigo Deputado Paulo Portas – Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS).

Não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, passou-se ao oitavo ponto, que consistia na apreciação do projeto de resposta ao questionário sobre escrutínio parlamentar conjunto da Europol por parte dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu. Do debate, em que intervieram, além do Senhor Presidente, os Senhores Deputados Fernando Negrão (PSD) e Jorge Machado (PCP), resultou o aditamento de um parágrafo relativo à necessidade de o Deputado da Comissão que for designado para representar a AR no grupo de trabalho conjunto partilhar informação antes e após as reuniões do grupo e, ainda, em complemento, uma nota acerca de boas práticas em matéria de fiscalização de entidades externas, em que se procurou, designadamente através do exemplo concreto



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIII/ 2.ª SL**

de fiscalização de uma entidade externa (embora não da mesma natureza que a Europol), ilustrar a prática seguida na Comissão.

Por fim, no ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Deputado José Manuel Pureza informou os presentes que o Grupo de Trabalho - Petição n.º 103/XIII/1.ª - despenalização da morte assistida iria reunir nesse mesmo dia, no final da reunião plenária.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de outubro de 2016

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Bacelar de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIII/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Elza Pais  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
Jamila Madeira  
José Luís Ferreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Delgado Alves  
Sandra Cunha  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Teresa Morais  
Vânia Dias da Silva  
Carla Sousa  
Jorge Lação  
Jorge Machado  
Maria Germana Rocha  
Nuno Magalhães  
Pedro Pimpão  
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
António Gameiro  
Carlos Peixoto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL**